

## APRESENTAÇÃO – DOSSIÊ

**Edna Maria Matos Antônio (UFS)**

**Pedro Vilarinho Castelo Branco (UFPI)**

A organização do dossiê “De América portuguesa a Império do Brasil: rupturas, dinâmicas e relações de poder em contextos de transformação e crises políticas no longo século XIX”, que, com especial satisfação, chega ao leitor, teve missão bastante modesta, mas resultado animador. Mais que inspirado pelas oportunas exigências de comemoração de datas fundamentais para a compreensão dos processos históricos tão significativos em escala continental e local<sup>1</sup> num arco temporal intencionalmente amplo (1750-1930), não pautado pela mudança cronológica de séculos, mas definidor de questões de formação do mundo sociopolítico e de seus traços como conhecidos hoje, esse esforço quer, sobretudo, demarcar a importância da investigação do passado essencialmente por meio do singular, necessário e insubstituível manejo profissional dos historiadores.

Num contexto particularmente crítico de embates políticos, marcado por desconfianças e frustrações ante os usos escusos de um tipo de conhecimento sobre o passado direcionado para confirmar o que a sociedade brasileira tem de mais vergonhoso, como o autoritarismo, a exclusão e o preconceito de várias formas, é imperativo reforçar a importância dos historiadores e sua capacidade de explicar a experiência histórica e seus vínculos com as questões do presente e de problematizar as representações (antigas e contemporâneas) sobre o passado, tanto as produzidas pela história acadêmica quanto aquelas geradas por outras formas de discurso. Tal

---

<sup>1</sup> Referimo-nos aqui às efemérides do bicentenário da Revolução Liberal do Porto (1820), que deflagrou o processo das disputas políticas que resultaram na independência da América portuguesa e, em Sergipe, na independência da capitania em relação à Bahia, marcando duplo processo de autonomia (colonial e regional). Ambas as datas possuíam animadas promessas de eventos de comemoração e rememoração, cancelados em razão da Pandemia da COVID -19 no ano de 2020.



operação se dá de forma crítica, científica e libertadora, elementos que demarcam a especificidade do historiador em sua função social e profissional, inegociável e não descartável.

De todo modo, testemunhando demonstração cotidiana do que a política tem de mais eficaz para mobilizar a construção de ideias, de posicionamentos e de ações sobre a sociedade e de como ela alicerça não só o entendimento do mundo, mas o modo pelo qual nos relacionamos com essa realidade e nela atuamos, cabe sempre insistir na dimensão política do ofício do historiador, vista como dimensão inalienável e inspiradora, que se deve sempre sublinhar.

O nascimento político do Brasil e os enraizamentos desse processo nas transformações ocorridas na segunda metade do século XVIII, e a dinâmica das primeiras décadas dos oitocentos, bem como fatores de sua composição política diante de projetos e demandas dos diferentes grupos que atuam na conformação do Império do Brasil como Estado e nação e sua crise, constituem desafio interpretativo nada simples aos historiadores brasileiros, que, justamente por isso, se apresenta como estimulante exercício intelectual e metodológico em torno de tema que, se não nos tem aproximado de conclusões definitivas, tem permitido cada vez mais descortinar possibilidades de questionamento vigoroso e legítimo.

Assim, chama atenção a presença de trabalhos de novas gerações de historiadores de diferentes regiões do país, que, lançando novos olhares sobre temas originais ou revisitados da história de seus Estados e cidades de origem, destrincham acervos documentais e produzem textos que propõem uma história da transformação da América portuguesa em Brasil à luz de sua diversidade, de sua complexidade, de suas temporalidades e de suas questões políticas regionais próprias, sem, no entanto, desatrelá-la dos processos históricos mais amplos.

A proposta temática desta edição é agregar resultados de trabalhos de pesquisa que, no exame da independência na América portuguesa e da construção/consolidação do Estado nacional brasileiro, seus desdobramentos e traços sociopolíticos singulares, estabelecem importantes diálogos e problematização histórica de temas diversos, como manifestações sociais; relação entre política e economia; lutas e resistências; construções simbólicas; narrativas e historiografia do e nos oitocentos, o que nos parece plenamente contemplado pelos artigos que aqui se apresentam.

O artigo dos historiadores Pedro Vilarinho e Francisco de Assis Oliveira Silva, “Entre Ofícios, Decretos e Nomeações: a construção do Estado Imperial na Província do Piauí (1823-1825)”, propõe reflexão que, tendo como cenário o conturbado processo de independência e de consolidação do Estado imperial no Piauí, explora a importância das dinâmicas e dos arranjos familiares e as tensões políticas da elite local, oriunda de grupos políticos que ascenderam ao poder ainda no período colonial, que marcam o período de instabilidade em razão das transformações políticas e institucionais resultantes da Independência.

Ainda no âmbito da Independência, o texto “A participação dos elementos populares no processo de independência da América portuguesa: uma discussão”, de Edna Maria Matos Antônio, traz para discussão alguns elementos sobre a participação de grupos populares no processo de emancipação da América portuguesa. Nesse tema, marcado pela indisponibilidade de fontes produzidas por esses agentes e pelo protagonismo da elite, questiona-se, à luz das condições possíveis de atuação na realidade social e política da colônia, a ideia de apatia política para existência de interesses e elaboração de ideias e projetos de sociedade pelos grupos populares como forma de interação no mundo da política.

Os textos de Suenya do Nascimento Costa, Thaise de Sousa Araújo e Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz focam na análise da Proclamação da República. No artigo intitulado “O adesismo político e os debates educacionais do barão de Abiahy na transição do Império para a República”, a autora centra sua análise na atuação de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, barão do Abiahy e representante da elite política da Paraíba e do Partido Conservador, que, de monarquista adere ao novo regime, ajustando seu discurso em reformas educacionais para continuar no poder. O artigo “As manifestações dos piauienses à Proclamação da República no Brasil (1889-1890)”, de Thaise de Sousa Araújo e, Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz, permite conhecer como os habitantes da Capital e do interior do Piauí foram informados da instalação do novo regime e suas reações e posicionamentos frente à mudança fundamental na política do País. As pesquisadoras mobilizaram amplo conjunto de fontes diversificadas, como telegramas, atas de reunião, anúncios de jornal, atos administrativos, cartas e produções literárias publicados nos periódicos em circulação na época.

Os pesquisadores Bárbara Barbosa dos Santos e João Victor Ribeiro Pires enveredam pela análise da relação entre História, Saúde e Medicina. O primeiro texto, “Bicentenário de emancipação e a história da saúde em Sergipe”, delinea panorama historiográfico dessa



temática para evidenciar a importância de se aprofundarem os estudos sobre a história da saúde em Sergipe em diferentes vertentes e possibilidades. No segundo texto “Do curandeirismo à medicina científica: a transição médica estampada na Gazeta do Rio de Janeiro”, o autor analisa, a partir da Gazeta do Rio de Janeiro, os hábitos médicos da sociedade em transição entre a medicina arcaica e a medicina tradicional acadêmica e o início do processo de consolidação das escolas médico-cirúrgicas, mostrando como a sociedade colonial, prestes a se tornar independente, lidou com o enfrentamento de doenças como a varíola e a sífilis.

A contribuição de Raissa Gabrielle Cirino e Luísa Moraes Silva Cutrim nessa coletânea está representada no artigo “Com muita resignação sofrerão aquele prejuízo”: os negociantes britânicos e a crise monetária na província do Maranhão (1831-1834)”. Tomando por referência decretos sobre a fiscalidade imperial na província do Maranhão entre 1831-1834, as autoras exploram o contexto de latente crise socioeconômica devido à circulação de moedas falsas na Região Norte, incidente sobre, entre outros atores, negociantes ingleses estabelecidos nessa Região.

Desejamos a todos excelente e estimulante leitura.